

# estado de defesa e estado de sítio

▷ **estado de defesa**: as hipóteses em que se poderá decretar o estado de defesa estão, de **forma taxativa no art. 136**, caput da CF, quais sejam: para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional ou atingidas por calamidades de grandes proporções na natureza.

↳ **medida mais branda** que o estado de sítio e corresponde às antigas medidas de emergência, que vigoram no regime constitucional pretérito.

↳ tem o **objetivo de restabelecer a ordem pública** ou a **paz social** ameaçadas por grave e iminente instabilidade ou atingidas por calamidades de grandes proporções da natureza.

▷ **titularidade**: o **Presidente da República**, mediante decreto, pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar estado de defesa.

▷ **tempo de defesa**: máximo de **30 dias**, **prorrogados por mais 30 dias**, uma única vez.

▷ **Conselho da República e Defesa Nacional**: órgãos de consulta, **são previamente ouvidos**, porém suas opiniões não possuem caráter vinculativo.

▷ **o decreto que instituir o estado de defesa deverá determinar**:

- o tempo de duração
- A área a ser abrangida e as medidas coercitivas que devam vigorar durante a sua vigência.

▷ **medidas coercitivas**:

- restrições aos direitos de reunião, sigilo de correspondência, sigilo de comunicação telegráfica e telefônica e a garantia prevista no art. 5º, LXI,

amorê

ou seja, prisão somente em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judicial competente.

- ocupação e uso temporário de bens e serviços públicos, na hipótese de calamidade pública, respondendo a União pelos danos e custos decorrentes.

▶ **prisão por crime contra o Estado:** com exceção ao art. 5º, LXI, a prisão poderá ser determinada pelo executor da medida, não pela autoridade judicial competente.

▶ **incolumidade do preso:** é vedada.

@beatriznamiestudies

▶ **estado de sítio:** hipóteses previstas no art. 137, CF.

▶ **titularidade:** Presidente da República

▶ **autorização do Congresso Nacional:** deverá haver prévia solicitação pelo Presidente da República de autorização do Congresso Nacional.

↳ mediante decreto legislativo

▶ **controle político prévio:** se negativo, será vinculante e o Pres. da República não poderá decretar o estado por aquele motivo, sob pena de responsabilidade.

▶ **designação das áreas abrangidas:** ocorre depois de publicado o decreto de estado de sítio.

▶ **duração:** 30 dias podendo ser prorrogado por mais 30

▶ **medidas coercitivas:** obrigação de permanência em localidade determinada; restrições e não suspensões; suspensão da liberdade de reunião; busca e apreensão em domicílio; intervenção nas empresas de serviços públicos e requisição de bens.

**importante** → se ambos os estados forem decretados, haverá o controle político concomitante.

→ cessado o estado de defesa ou o estado de sítio, cessarão também os seus efeitos.